



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Questão Agrária.

UM NOVO OLHAR SOBRE A FOME ENQUANTO EXPRESSÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”: A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA GARANTIA DO DHAA

Débora Viana da Rocha¹

Resumo: O texto abaixo tem como objetivo trazer o debate do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) para o Serviço Social no cenário em que a fome aparece como expressão persistente da “Questão Social” mantida através do aprimoramento da capacidade do capitalismo em acumular riquezas.

Palavras-chaves: Fome. Alimentação. Capitalismo. Questão Social. Serviço Social.

Abstract: The text below aims to bring the debate of the Human Right to Adequate Food to Social Service in the scenario where hunger appears as a persistent expression of the "Social Question" maintained through the improvement of the capacity of capitalism to accumulate wealth. Keywords: Hunger. Food. Capitalism. Social Question. Social Service.

Introdução

A construção do meu trabalho de conclusão de curso da graduação em Serviço Social permitiu reflexões que dizem respeito à temática da fome sob uma ótica que não se resume apenas na escassez de gêneros alimentícios, e sim no que diz respeito a uma fome resultado da ingestão inadequada de alimentos que, na atualidade, assombra grande parte dos brasileiros e rebate diretamente na saúde humana, além de mantida e reproduzida mediante o aprimoramento do sistema capitalista em seu processo de acumulação de riquezas.

Com base em pesquisa bibliográfica e documental este estudo consiste em demonstrar que a mesma sociedade que atingiu conquistas e avanços nos conhecimentos científicos, tecnológicos e sociais, não superou problemas antigos, dentre eles a fome, e sim a alterou e a aprofundou, uma vez que a perda da capacidade nutritiva dos alimentos ofertados no mercado não atende às necessidades humanas, especialmente por gerar adoecimento devido à lógica produtiva, centrada na utilização exacerbada de aditivos químicos, tais como adubos químicos, agrotóxicos (CARNEIRO *et. All.*, 2015) por um lado, e por outro, o ultra-processamento de substâncias alimentares (POLLAN, 2007).

¹ Profissional de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, E-mail: deboraviana.rocha@yahoo.com.br.

Desta forma, este texto propõe refletir sobre a produção de alimentos que nos levou para um agravamento da situação de fome, sob o comando de um sistema que alimenta grandes investidores, e que, no ápice da sociedade moderna, aparece como nova expressão da “Questão Social”, colocando em cheque o Direito Humano à Alimentação Adequada e acentuando a importância da intervenção do Serviço Social na defesa deste.

Um sistema que alimenta grandes investidores

A fome é uma das expressões da “Questão Social” mantidas pelas relações de desigualdade por intermédio da exploração que o modo de produção capitalista reproduz na sociedade. Por muito tempo a fome foi justificada enquanto pandemia natural, o que levou a desconsiderar sua essência carregada de interesses do grande capital, organizado junto à política agrícola.

Gomes Junior (2015) afirma que os poucos debates que envolvem a questão alimentar no Brasil levam conteúdos relacionados à fome, ligada à insuficiência de gêneros alimentícios e à desnutrição. Em consequência disso, os estudos realizados sobre a questão da fome acabam dando ênfase ao seu caráter biológico, sem levar em consideração os processos sociais inerentes a todas as construções humanas.

A baixa produtividade da agricultura mundial tende a ser empregada como justificativa para fome e restrição do direito humano à alimentação por alguns segmentos da sociedade. Portanto, o investimento na industrialização foi utilizado como base dessa justificativa, o que propiciou restrição da pequena propriedade, a qual é responsável por 70% da comida consumida nas mesas dos brasileiros (IBGE, 2006). Essa informação está no censo agropecuário de 2006, porém a falta de investimento público coloca essas pequenas propriedades com uma produtividade aquém do que tem de potencialidade.

Dessa forma, a argumentação de que o direito humano à alimentação não é garantido em função da escassez de alimentos, ancorado pelo discurso de que os bens disponíveis da produtividade agrícola mundial são insuficientes para alimentar toda população, é incorreta. No Brasil, a produção de alimentos é uma das principais atividades econômicas do país, que conta com a manufatura do campo até o consumo das mercadorias, que se modernizou até chegar aos chamados complexos agroindustriais, que correspondem à valorização do capital.

Nesse sentido, ao sustentar esse argumento pautado na ideia da baixa produtividade, que impede alcançar o direito humano à alimentação adequada, o sistema agroindustrial utiliza dos recursos naturais, disponibilizados pelo meio ambiente para

produção do alimento de baixa qualidade e abre margem para impactos na saúde e na vida da maioria das pessoas que consomem esses produtos.

A evolução dos processos produtivos fez com que nos afastássemos cada vez mais da comida de verdade, que segundo o Boletim do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar (FBSSAN):

garante a soberania alimentar; protege o patrimônio cultural, e genético; reconhece a memória, a estética, os saberes, os sabores, os fazeres e os falares, a identidade, os ritos envolvidos, as tecnologias autóctones e suas inovações. É aquela que considera a água em alimento. É produzida em condições dignas de trabalho. É socialmente justa. (...) não está sujeita aos interesses do mercado. (Boletim FBSSAN, 2016)

Esse afastamento permitiu o maior contato com alimentos ultraprocessados, formulados industrialmente, nos separando não só da comida, mas também das características sociais desenvolvidas durante o ato de comer, das dimensões culturais das práticas alimentares e acima de tudo, nos colocou longe de acessar alimentação saudável e de qualidade.

A abordagem diante das questões relacionadas à disponibilidade alimentar limitava retratar o modo de como os alimentos são produzidos, comercializados e consumidos. Assim, em busca da garantia à alimentação que respeita alimentos e dietas específicas, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) materializa o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA).

Durante as últimas décadas avançamos quanto a propostas inovadoras, preocupadas com a elaboração de um plano intersetorial e articulado ao tema alimentação, integrando componentes que relacionavam a produção e o consumo alimentar. Porém, os interesses econômicos que favorecem investimentos em políticas agrícolas - privilegiando a concentração de terras e renda – foram atendidos em detrimento aos interesses sociais.

As substâncias alimentares com aparência de comida precisam de consumidores para acessá-las. Essas substâncias nada mais são que alimentos baratos ofertados à classe trabalhadora. Nesse sentido, o advento neoliberal atribui à SAN um caráter focalizado, visando a erradicação da fome e enfrentamento da desnutrição pautado nos programas de transferência de renda e ações que favoreçam o acesso aos alimentos pelo segmento mais pobres, cuja renda é suficiente para acessar somente esse tipo de comida abastecida pelo sistema agroindustrial.

Entender a garantia da alimentação adequada e saudável traz para o debate a construção de uma sociedade justa, orientada por um modelo que reduza a desigualdade.

Então, é necessário pensar em alternativas que afirmem a alimentação e nutrição para além das medidas assistenciais e focalizadas. A alimentação, enquanto determinante da saúde vai influenciar na condição de SAN, portanto é necessário enriquecer o diálogo intersetorial e assim qualificar as ações sobre os determinantes da saúde e da alimentação saudável.

Segundo Teixeira (2015), a maioria das pessoas com fome são camponeses produtores e vendedores de alimentos, que fazem parte dos 75% de 1,2 bilhões de seres humanos que vivem na pobreza, salientando que “os mais pobres dos pobres” são os trabalhadores que se alojam na Zona Rural por diferentes razões. Isso demonstra que o problema da fome enfrenta uma natureza política e econômica, já que os investimentos que consolidaram a agroindústria propiciaram desigualdade entre a produtividade desse sistema e da agricultura camponesa.

O sistema alimentar vigente, ancorado principalmente pelas redes de supermercados e pelo agronegócio, está à frente na produção de gêneros alimentícios que proporcionam uma dieta nutricionalmente pobre, fabricados em larga escala com pequeno número de bens primários e seus derivados.

Muitos autores estudados nessa pesquisa têm Josué de Castro como referência, já que o conjunto de suas obras permitiram o estudo da fome no mundo, e contribuiu para que o mesmo ocupasse a presidência no Conselho da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) entre o período de 1952 a 1955, quando este órgão iniciou sua ação na temática da fome e produção de alimentos (TEIXEIRA, 2015). Ao deixar a FAO, Josué de Castro se depara com os limites de solucionar a questão da fome sem atingir a sua essência, ou seja, sem atentar para os interesses econômicos do grande capital organizado junto à política agrícola e conseqüentemente sem analisar determinantes econômicos, sociais, políticos e culturais do país.

No que se refere à construção da política de combate à fome no Brasil observa-se uma tendência a atender necessidades humanas sem comprometer as necessidades de reprodução do capital, acentuando o seu caráter fragmentado e focalizado. Um exemplo disso foi o deslocamento da política de atenção à fome a cargo do Ministério Extraordinário de SAN e combate à fome (MESA) para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que ocorre no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva. Ademais, esse deslocamento afirma o processo de assistencialização que se processa desde os anos 1980 e explicita a estratégia do governo de se manter no poder por meio do pacto entre as classes e da garantia do consumo de massa.

Os governos brasileiros no período de 2002-2014, notadamente marcado pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), imprimiram esforços em políticas públicas que possibilitaram, em 2014, a saída do país do “mapa da fome” da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), porém, se esse esforço significou acesso ao consumo de alimentos de parte significativa da população brasileira, significou também um acesso à alimentação representado pela ausência de nutrientes e profunda modificação da cultura alimentar tradicional que faz com que ao ter acesso a substâncias alimentares ultraprocessadas, a população brasileira esteja submetida à fome, ainda que aparentemente esteja consumido produtos da indústria alimentícia.

De 2014 para cá o país sofre com os efeitos da crise do capital somado a uma grave crise política que culminou em 2016 com o impeachment da presidenta Dilma Roussef (2011-2016). Os governos que se seguiram, incluindo o atual, o governo de Jair Bolsonaro que assume a presidência em janeiro de 2019, não indica perspectiva de continuidade para o avanço da Política de Segurança Alimentar e Nutricional partindo do princípio de que a alimentação é uma necessidade humana essencialmente importante para manter a saúde e a vida, ela ultrapassou os limites biológicos transformando o ato de comer em processos que expressam a cultura desde a produção, até chegar ao preparo e consumo. Nesse sentido, as pessoas aprenderam a produzir e elaborar sua própria comida, valorizando as suas tradições no modo que escolhem e preparam seus alimentos.

Diante do processo de modernização dos sistemas agrícolas, a dieta da sociedade foi sendo resumida a substâncias alimentares que enganam a fome, propiciando um distanciamento das práticas alimentares tradicionais e da relação que o ser humano construiu através do ato de comer. Com isso, o direito humano à alimentação adequada passou a ser ameaçado. Além disso, acabou trazendo consequências como a padronização das práticas alimentares, aumento das disputas por terras e monocultivos à base de agrotóxicos e transgênicos.

A presença dessas técnicas garantiu o lucro para as indústrias de alimentos processados que, segundo Teixeira (2015), consolidou a base de substâncias alimentares com aspecto de comida, culminando na distância entre o que se come e o alimento que deveria dar origem a ele. Essa comida ultraprocessada ganha tempo para o consumo, e ao retirar os nutrientes que existiam nos alimentos se torna mais fácil controlar o tempo de giro da mercadoria e por isso, essa mercadoria fica mais barata. A rigor é essa comida barata colocada à disposição da população mais empobrecida.

Não reconhecer a fome enquanto expressão da questão social, ou seja, não levar em consideração o conjunto das expressões das desigualdades sociais que permeiam a sociedade capitalista diante do processo de produção e acesso à alimentação, abre espaço para adoção de políticas assistencialistas, fragmentadas e focalizadas.

Com base nessas informações, entende-se que a produção de um alimento que provoca a morte não atende a necessidade humana de se alimentar, mas mantém um sistema que produz fome, não em forma de escassez. Porém, aparece de forma que não oferece ao organismo substâncias necessárias cujos efeitos na saúde pública aparecem em formas das mais variadas doenças, já que o alimento passou por um processo de deterioração. A fome endêmica aparece como uma expressão persistente da questão social, mantida através da necessidade incessante do capitalismo em obter lucros.

Para concretizar a formulação, implementação e monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) esta deveria promover princípios, segundo Maluf (2007), definidos como: intersectorialidade das ações e programas; ações conjuntas entre Estado e sociedade; equidade; articulação entre ações estruturantes e medidas emergenciais; descentralização das ações e articulação entre orçamento e gestão. Todavia, quando o Estado é indutor da economia, na perspectiva da conciliação de classes, os direitos acabam se resumindo a estratégias de consolidação do capital, se materializando em políticas sociais para dar prosseguimento na manutenção da política burguesa.

Nesse sentido, a estruturação das políticas sociais no Brasil avançou em determinados momentos históricos com a influência da forte pressão protagonizada pelos movimentos sociais opostos ao padrão de desenvolvimento econômico dominante que compromete a soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Assim, a conexão entre objetivo da SAN e estratégias de desenvolvimento adotou alternativas que colocassem a SAN sem focar apenas em políticas meramente compensatórias ou setoriais, mesmo fazendo uso de ambas.

O atual modelo de gestão da economia e das contas públicas atende prioritariamente os setores do grande capital que lhe dão sustentação e limita as possibilidades de tratar dos fatores que condicionam o acesso aos alimentos e a sua produção em bases equitativas e sustentáveis. (MALUF, 2007, p. 125).

Portanto, podemos entender a fome enquanto conjunto multifacetado das expressões de desigualdades mantidas pela sociedade capitalista, caracterizada assim, como “Questão Social”. Desvincular a questão social de suas múltiplas e diferenciadas expressões, desconsiderar os processos sociais contraditórios e sua dimensão de totalidade abre espaço para o que Lamamoto (2007) vai chamar de ótica liberal.

Corre-se o risco de cair na pulverização e fragmentação das questões sociais, atribuindo unilateralmente aos indivíduos e suas famílias a responsabilidade pelas dificuldades vividas, o que deriva na análise dos “problemas sociais” como problemas do indivíduo isolado e da família, perdendo-se a dimensão coletiva e isentando a sociedade de classes da responsabilidade na produção das desigualdades sociais. (IAMAMOTO, 2007, p. 18)

Isso enfatiza o fato de a explicação da fome focar na sua mera condição de escassez, ignorando os malefícios associados à produção, distribuição e consumo de alimentos, mesmo que a incorporação da SAN tenha trazido considerações de emancipação sobre o assunto que envolve a valorização sobre a totalidade de causas e problemas referentes às questões nutricionais, possibilitando enfrentar de forma mais adequada e efetiva os problemas advindos da má alimentação.

Nos dias atuais, verifica-se a ideia da existência de novas expressões da questão social diante da própria natureza das relações sociais capitalistas, sob outras formas e novas contradições sócio-históricas na sociedade contemporânea, aprofundando suas contradições. Fica evidente a fratura entre desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais que o sustentam. Em função disso, as desigualdades aumentam e as lutas contra as mesmas no âmbito do trabalho, no atendimento às necessidades básicas, das diferenças étnico-raciais, religiosas, de gênero, etc., aparecem de forma acentuada.

A produção de alimentos nos levou para outra situação de fome, no que se refere às novas expressões da questão social. O sistema alimentar vigente condensado à lógica de valorização da produção do Capital mediante o uso de insumos agrícolas elimina características naturais dos alimentos causando empobrecimento nutricional, o que gera uma mercadoria-alimento que não alimenta. Esse cenário possibilita o envenenamento dos recursos naturais e do corpo humano, de forma geral, ainda é desconhecido por parcela da população submetida à lógica da produção de *commodities* na qual alimento ganha caráter agressivo criado pelas necessidades mercantis do capitalismo, sob a qual submeteo conjunto das relações sociais: economia, política e cultura (IAMAMOTO, 2007).

Esse é o terreno que atualiza a luta por direitos, fundamental em uma época que descaracterizou a cidadania ao associá-la ao consumo, ao mundo do dinheiro e à posse das mercadorias. Um projeto democrático se constrói no jogo de poderes e contra-poderes, na receptividade às diferenças, na transparência das decisões, com publicização e controle constante dos atos de poder e na afirmação da soberania popular. (IAMAMOTO, 2007, p. 5)

O Serviço social enquanto profissão voltada para à defesa dos direitos humanos, e democráticos na perspectiva da liberdade, equidade e justiça social, faz valer nesse espaço seu projeto ético-político profissional comprometido com a classe trabalhadora. Além disso, a questão social é objeto de intervenção desse profissional, que por meio das prestações de serviços sócio-assistenciais interferem nas relações sociais cotidianas no atendimento as

mais variadas expressões da questão social vividas pelos indivíduos no trabalho, família, luta pela moradia e pela terra, na saúde, assistência social pública e etc. (IAMAMOTO, 2007).

O Assistente Social tem buscado compromisso com interesses públicos atuando na defesa dos direitos sociais dos cidadãos e cidadãs e na sua viabilização junto aos segmentos majoritários da população, o que coloca a centralidade da questão social e suas expressões para o trabalho e a formação profissional, sem naturalizá-las.

O trabalho do assistente social parte de uma requisição social, construído por meio de estudo sistemático da realidade social, amparado em teoria social, desenvolvimento técnico-operativo e intervém nas expressões da “Questão Social” por mediação das políticas sociais. Quando pensamos na estratégia de política pública de combate à fome, o Serviço Social aparece operacionalizando serviços que permitem à população acessar alimentos, principalmente o segmento pauperizado. Tais serviços são, principalmente, os programas de transferência de renda, como por exemplo, o “Bolsa Família”, que foi um importante programa que auxiliou no complemento da renda e possibilitou famílias brasileiras que viviam na extrema pobreza a acessarem gêneros alimentícios. Entretanto, os alimentos destinados a essa parte da sociedade, continuou sendo uma comida barata, ofertada de baixa qualidade. Ou seja, Saímos do mapa da fome, mas ela ainda persiste através dos problemas e malefícios associados à produção, distribuição e consumo.

A categoria profissional conseguiu manter viva a capacidade de indignação ante o desrespeito aos direitos humanos e sociais das classes subalternas, e passou a desenvolver uma ação de cunho sócio-educativo na prestação de serviços sociais viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que as necessidades e interesses dos sujeitos de direito adquiram visibilidade na cena pública e possam, de fato, ser reconhecido. Conhecer a problemática alimentar abre espaço para o Serviço Social desenvolver também um trabalho sócio-educativo em SAN, em conjunto com os demais profissionais da área.

Essa estratégia de caráter educacional em relação ao DHAA deve privilegiar a vivência e conhecimento envolvendo a prática dos saberes alimentares, pois o comer e o cozinhar como técnicas impregnadas de simbolismo e cultura permitem que, ao manipularem o alimento, criando receitas saudáveis, vivenciem novas formas de percepção, o que potencializa o aprendizado que leva em consideração aspectos afetivos, sociais e culturais da alimentação. É a partir de estratégias semelhantes que podemos justificar a

relação entre o Serviço Social e as questões nutricionais e assim requerer que tal relação seja indispensável frente a todos os impasses e desafios dessa temática.

Considerações Finais

A alimentação é uma necessidade humana essencialmente importante para manter a saúde e a vida. Além disso, ela ultrapassou os limites biológicos, assim como todas as outras atividades humanas, transformando o ato de comer em processos que expressam a cultura desde a produção, até o preparo e o consumo. Nesse sentido, as pessoas aprenderam a produzir e elaborar sua própria comida, consolidando tradição e culturas alimentares. Reconhecer as formas de se alimentar e garantir as características culturais inerentes a ela é também assegurar o direito humano à alimentação de forma adequada, que não pode ser resumida somente a uma ração balanceada. Uma alimentação adequada é aquela que colabora para construção de seres humanos saudáveis, conscientes de seus direitos e deveres enquanto cidadãos (VALENTE et al, 2002).

Entretanto, os direitos humanos passam a ser ameaçados quando os interesses econômicos roubam a cena dos interesses sociais. Digo isto porque os povos tradicionais e a agricultura familiar, responsáveis por produzir grande quantidade e variedades de alimentos que chegam a nossas mesas, dão lugar aos grandes investidores das indústrias de alimentos. Portanto, acentua a disputa entre sistemas que alimentam o povo e sistemas que alimentam grandes investidores.

Diante de uma sociedade em que as formas de produzir e reproduzir o capital são acentuadas, é evidente que os sistemas que alimentam grandes investidores serão mantidos e reconhecidos pelo modo de produção capitalista. Logo, a disputa acontece de forma desigual, visto que o acesso à terra, à água, ao controle de sementes e distribuição de alimentos estarão a favor de sistemas que alimentam indústrias e não a grande população.

Portanto, entender essa dinâmica é entender a fome mantida no processo de acumulação capitalista. E mesmo com inúmeros avanços mediante as conquistas de políticas públicas para seu enfrentamento, ela ainda é tratada de forma superficial, o que remete a elaboração de políticas focalizadas e de caráter assistencialista (Maluf, 2007).

Esse estudo permitiu pensar sobre a atuação do assistente social, enquanto um profissional que atua nas expressões da questão social. Ao fazê-la tem como um dos elementos do trabalho profissional a defesa dos direitos sociais. Logo, a fome que sempre

foi entendida superficialmente, desconsiderando as relações sociais contidas no processo de acumulação que a reproduz, demanda a intervenção em sua totalidade.

Não reconhecer a fome enquanto questão social, ou seja, não levar em consideração o conjunto das expressões das desigualdades sociais que permeiam a sociedade capitalista diante do processo de produção e acesso à alimentação, abre espaço para adoção de políticas assistencialistas, fragmentadas e focalizadas.

No mais, o perfil do assistente social deve se afastar das práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente. E na garantia dos direitos por uma sociedade mais justa e igualitária deve se aproximar dos movimentos que garantem o DHAA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et. Al. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

DEBORD, Guy. **Enganar a fome [abat-faim]**. Trad. Helder Moura Pereira. Lisboa: Frenesi, 2000.

GOMES JUNIOR, Newton. **Segurança alimentar e nutricional e necessidades humanas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

Iamamoto MV. **As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo**. In: Mota AE, org. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: OPAS, OMS, MS; pp. 1-37, 2006.

MALUF, Renato S. Jamil. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

POLLAN, Michael. **O dilema do onívoro**. Trad. Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

_____. **Em defesa da comida – um manifesto**. Trad. Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

TEIXEIRA, Leile. **O valor da fome no Brasil: entre as necessidades humanas e a reprodução do capital**. tese de doutorado (doutora em serviço social) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

VALENTE, Flávio et al. (Org.). **Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.